

## **Conselho Europeu de 23-24 de outubro de 2014**

### **Preocupações da CIP face à prevista proposta de conclusões**

A proposta de conclusões para a reunião do Conselho Europeu de 23-24 de outubro de 2014 causa-nos preocupação, na medida em que os indicadores económicos previstos para o espaço económico europeu foram recentemente revistos em baixa.

Este não é, certamente, o momento certo para a tomada de decisões unilaterais face às restantes economias mundiais, decisões essas que colocarão novas pressões imediatas sobre a competitividade da economia da UE.

A CIP considera inadequada, nas circunstâncias atuais, a proposta de redução unilateral e obrigatória na UE de 40% das emissões de gases de estufa em 2030 face a 1990.

Esta proposta, unilateral e não acompanhada de objetivos ambiciosos de crescimento industrial, só conduzirá a custos adicionais in comportáveis para a economia europeia sem resultados sensíveis no aquecimento global e com redução drástica da sua competitividade externa.

A ser aprovada esta proposta, prevemos o agravamento das desvantagens competitivas da Europa face a outras economias e o aumento das deslocalizações e da fuga de investimentos para outras áreas, designadamente os EUA.

Já no que respeita a aspetos mais específicos desta proposta, os quais são particularmente sensíveis para Portugal, entendemos dever dar o apoio à estratégia atualmente adotada pelo Governo sobre o mercado único europeu da energia:

- A proposta de realização das interligações das redes elétricas entre Estados-Membros com um mínimo de 10% da capacidade do de menor consumo é interessante e urgente, mas não é suficiente, devendo ser adotada uma meta mais ambiciosa.
- O estabelecimento de uma meta para as renováveis no horizonte de 2030 pode ser favorável a Portugal como medida de salvaguarda e de rentabilização dos investimentos já realizados no País.

Finalmente, exprimimos a nossa desilusão quanto às propostas relativas à segurança do abastecimento de gás natural aos países da UE.

A prioridade explícita à realização do corredor norte-sul em benefício da Finlândia e a ausência total de referências ao corredor oeste-leste a partir da Península Ibérica leva-nos a concluir que a UE, afinal, considera não existir, por agora, problema grave de segurança no abastecimento de gás natural.

Este é um facto do qual Portugal deverá retirar ilações preocupantes quanto à situação do sistema nacional de gás natural.